



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 1.323/2009

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JERÔNIMO MONTEIRO-ES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO, no Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a criar o Conselho Municipal de Segurança Pública de Jerônimo Monteiro-ES; é um órgão de atendimento para coordenar e desenvolver atividades que visem elevar o nível de Segurança Pública, bem como contribuir para a manutenção dos órgãos governamentais e não governamentais existentes para ampliar a segurança no Município.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Segurança Pública será administrado através dos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria Executiva.

TÍTULO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 3º - A Assembléia Geral será composta pela Diretoria Executiva, pelos membros fixos do Conselho, de acordo com o artigo 17, e por representantes da sociedade presentes às reuniões públicas.

TÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 4º - A Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Segurança Pública é composto de 08 (oito) membros, respeitando-se a seguinte distribuição:

- I - 01 (um) representante do Departamento Jurídico;
- II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
- V - 04 (quatro) representantes de entidades não governamentais.



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

Art. 5º - Os conselheiros representantes das Secretarias serão indicados pelo Prefeito, dentre pessoas com poder de decisão no âmbito da respectiva Secretaria, no prazo de 10 (dez) dias contados da solicitação, e seus respectivos suplentes.

Art. 6º - A indicação dos representantes da sociedade civil caberá aos membros fixos do Conselho Municipal de Segurança Pública, disposto no **artigo 17**, entre representantes de Instituições não governamentais de nosso Município.

Art. 7º - A designação dos membros do Conselho compreenderá dos respectivos suplentes.

Art. 8º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução apenas 01 (uma) vez por igual período.

Art. 9º - O Conselho Municipal elegerá, entre seus pares, a cada biênio, pelo quorum mínimo de 2/3 (dois terços), o Presidente, o Vice-Presidente, o 1º e 2º Secretário, o 1º e 2º Tesoureiro, o Diretor de Patrimônio e o Diretor de Relações Públicas, representando cada um, indistinta e alternadamente, órgãos públicos e entidades comunitárias.

Art. 10º - A função de membro do Conselho Municipal é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 11º - A nomeação e posse do Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecida a origem das indicações.

Art. 12º - Perderá a função o Conselheiro que não comparecer, injustificadamente, a três sessões consecutivas, ou a cinco alternadas, no mesmo exercício, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, ou praticar conduta não compatível com a função.

Art. 13º - Compete ao Conselho Municipal:

I - Ajudar a formular a Política Municipal de Segurança Pública dentro de suas limitações constitucionais;

II - zelar pela execução desta política, atendidas as peculiaridades da segurança dos cidadãos, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças, dos bairros e zonas urbanas e rurais em que se localizarem;

III - captar recursos e elaborar o Plano de Aplicação considerando as necessidades identificadas na definição de prioridades;

IV - fiscalizar as ações governamentais e não governamentais relativas à segurança pública;

V - registrar as entidades não governamentais que colaboram com a segurança municipal;

VI - cadastrar programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais e não governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes da mesma Lei;



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

VII - definir os critérios de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Segurança Pública e dos convênios de auxílios e subvenções às instituições públicas e entidades comunitárias que colaboram com a segurança municipal;

VIII - incentivar, promover e assegurar a atualização permanente dos profissionais, governamentais ou não, envolvidos no atendimento da segurança, com vista a sua melhor capacitação e qualificação;

IX - realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização, participação e arrecadação, e da necessidade de conduta social do cidadão, com respeito a idênticos direitos do seu próximo e semelhante;

X - convocar secretários e outros dirigentes municipais para prestarem informações e esclarecimentos sobre as ações e procedimentos quem afetam a política de segurança pública municipal;

XI - fixar critérios de utilização, através de planos de aplicações das doações, subsídios e demais recursos financeiros;

XII - elaborar seu Regimento Interno;

XIII - manter permanente entendimento com o Poder Judiciário, Ministério Público, Poderes Executivo e Legislativo, Polícias Civil e Militar, propondo, inclusive, se necessário, alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o melhor aperfeiçoamento da segurança pública municipal;

XIV - promover intercâmbio com entidades públicas ou particulares, organismos nacionais e internacionais, visando o aperfeiçoamento e consecução dos seus objetivos;

XV - difundir e divulgar amplamente a política municipal destinada à Segurança Pública;

XVI - administrar e fiscalizar a política de aplicação dos recursos do Fundo Municipal.

Art. 14º - As resoluções do Conselho Municipal que forem aprovadas pela maioria absoluta de seus membros, tornar-se-ão de cumprimento obrigatório, após correspondente publicação.

Art. 15º - O espaço físico, as instalações, e os materiais necessários à manutenção e ao regular funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Pública serão mantidos com recursos municipais, provenientes do Fundo Municipal de Segurança Pública.

Art. 16º - São impedidos de funcionar no mesmo Conselho: marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padastro ou madrasta e enteado.

Art. 17º - São membros fixos do Conselho Municipal de Segurança Pública: o Juiz de Direito, o Representante do Ministério Público, o Delegado de Polícia e o Comandante da 1ª Cia de Polícia de Jerônimo Monteiro, o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal de Jerônimo Monteiro-ES.

Paço Municipal

Avenida Lourival Lougon Moulin, n.º 300 - Centro - Jerônimo Monteiro - ES - CEP 29.550-000
Telefax (0 XX 28) 3558 - 1800/1899 - e-mail gabinete@jeronimomonteiro.es.gov.br



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 18º - Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Pública, instrumento de captação e aplicação dos recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal de Segurança Pública, vinculado a administração pública.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Art. 19º - São receitas do Fundo:

- I - Doações de contribuintes;
- II - Doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;
- III - Produto de aplicação dos recursos disponíveis e de venda de materiais, publicações e eventos.
- IV - Remuneração oriundas de aplicações financeiras;
- V - Receitas advindas de convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e Instituições privadas e públicas federais, estaduais, internacionais e estrangeiras para repasse a entidades governamentais e não governamentais executoras de programas do projeto do plano municipal de ação;
- VI - Contribuição do PODER Público Municipal;

Art. 20º - AS receitas descritas neste artigo serão depositados obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito em nome da administração pública.

Art. 21º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

- I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;
- II - de prévia aprovação do Conselho Municipal de Segurança Pública.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 22º - O Fundo Municipal de Segurança Pública, ficará vinculado administrativamente e operacionalmente a administração pública, e a utilização das dotações orçamentárias e de outros recursos que acompanham o Fundo, será feita mediante diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal, e após aprovação dos Programas, planos e projetos elaborados.



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

Art. 23º - Compete ao Fundo Municipal:

- I - registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por dotações ao Fundo Municipal;
- II - manter o controle contábil das aplicações financeiras, levando a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal;
- III - liberar recursos nos termos das resoluções do Conselho Municipal;
- IV - administrar os recursos específicos para os programas de segurança pública, sendo as resoluções do Conselho Municipal.

Art. 24º - O Fundo Municipal de Segurança Pública, será regulamentado pelo Executivo Municipal, através de Decreto.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

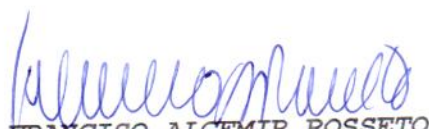
Art. 25º - O primeiro Conselho Municipal de Segurança Pública de Jerônimo Monteiro-ES., a partir da posse de seus membros, terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para elaborar seu Regimento interno que disporá sobre o seu funcionamento e atribuições de seus membros.

Art. 26º - O Conselho Municipal publicará, ao final da cada exercício, o balancete geral de suas atividades.

Art. 27º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Jerônimo Monteiro, em 19 de maio de 2009.


FRANCISCO ALCEMIR ROSSETO
Prefeito Municipal

Referência: Projeto de Lei nº014/2009
Protocolo nº545/2009
Datado de 19 de maio de 2009
Autoria: Poder Executivo Municipal